



Produção Legislativa dos Plenários
da Câmara e do Senado em 2025





Ranking
dos políticos

Desde 2011 o Ranking dos Políticos tem como propósito trazer transparência para o desempenho e performance dos representantes no Congresso Nacional, de forma apartidária e independente. Nosso levantamento leva em consideração os pilares **eficiência da máquina pública, melhoria do ambiente de negócios e combate à corrupção.**

Temos como **MISSÃO:** Avaliar o desempenho dos parlamentares e influenciar decisões do Congresso Nacional para promover a eficiência do Estado brasileiro. **VISÃO:** Contribuir para que o Congresso Nacional se torne uma instituição de orgulho para os brasileiros. **VALORES:** Integridade / Transparência / Eficiência / Visão de dono / Liberdade / Responsabilidade individual / Defesa do Estado de Direito

Nossa área de inteligência promove ainda pesquisas e estudos com a finalidade de promover a educação cívica dos brasileiros.

Equipe Técnica:

Luan Sperandio | Gabriel Jubran | Giancarlo Mendes | Tamyres Meyer

Índice

01

Introdução

02

Metodologia

03

Câmara dos Deputados

04

Senado Federal



01

Introdução

Introdução

Este estudo apresenta uma análise sistemática e comparada da produção legislativa dos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ao longo de 2025, com foco exclusivo nos tipos legislativos que produziram efeitos normativos, excluídos os requerimentos, mensagens e semelhantes. A partir do mapeamento integral dos projetos aprovados, o trabalho busca identificar padrões temporais, temáticos e institucionais da atuação parlamentar, oferecendo uma leitura qualificada sobre o comportamento decisório do Congresso Nacional na dinâmica anual. O objetivo é ir além da contagem bruta de votações, examinando o conteúdo, o ritmo e a ambição política das Casas.

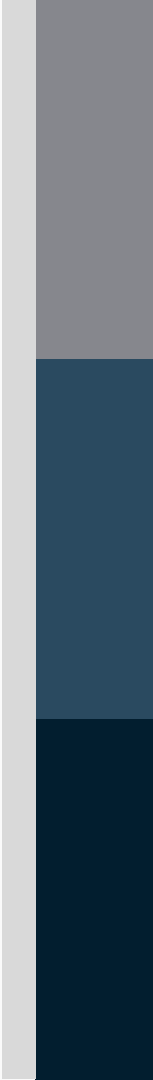
Na **Câmara dos Deputados**, foram aprovados 308 projetos, com produção concentrada em janelas específicas de votação, especialmente em fevereiro e outubro. A pauta foi dominada por Projetos de Lei e Projetos de Decreto Legislativo, com forte presença de acordos internacionais, matérias sociais e projetos criminais. Temas econômicos e tributários apareceram de forma seletiva, indicando contenção fiscal e prudência política. O padrão observado caracteriza uma Câmara funcional, porém reativa, orientada por momentos de aceleração deliberativa e pela antecipação do ciclo eleitoral de 2026.



No **Senado Federal**, foram aprovadas 261 proposições, com ritmo mais regular ao longo do ano e manutenção de elevada produtividade até dezembro. A Casa apresentou maior disposição relativa para enfrentar matérias de maior densidade normativa, incluindo PECs e PLPs, especialmente em temas econômicos e sociais. Ainda assim, predominou a lógica de cautela, com priorização de consensos possíveis e consolidação final das decisões legislativas.

De forma geral, o Congresso em 2025 operou sob lógica de estabilidade institucional. Houve alto volume de deliberações, mas baixa propensão a reformas estruturais profundas, especialmente nas áreas fiscal, tributária, administrativa e trabalhista. A produção legislativa refletiu um ambiente político marcado pela fragmentação da agenda, pela gestão de riscos eleitorais e pela preservação de capital político para 2026.

Em síntese, 2025 foi um ano de **funcionamento pleno do Legislativo**, com produtividade relevante, mas **ambição normativa moderada**, no qual Câmara e Senado atuaram mais como administradores de consensos e chancela institucional do que como motores de grandes transformações estruturais.





02

Metodologia

Metodologia

O presente estudo analisa a **produção legislativa dos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ao longo do ano de 2025**, com base em planilha própria construída a partir do registro de **todas as matérias efetivamente aprovadas em sessões plenárias entre fevereiro e dezembro de 2025**.

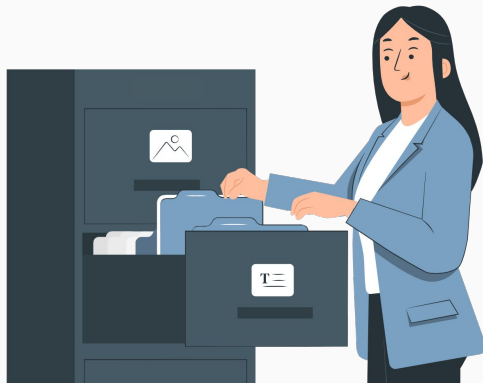
A base de dados foi organizada de forma cronológica, com **segmentação mensal explícita**. A partir desses marcadores, cada projeto aprovado foi analisado **individualmente**, permitindo tanto a leitura temporal da produção legislativa quanto a consolidação de padrões ao longo do ano.



Cada proposição foi submetida a um **processo de classificação temática manual**, projeto a projeto, considerando:

- o objeto central da proposição;
- seu impacto predominante (social, econômico, criminal, institucional, internacional, regulatório etc.);
- e a natureza jurídica da matéria (projeto ordinário, complementar, PEC, medida provisória, PDL).

Essa classificação temática foi realizada de forma **exclusiva e analítica**, atribuindo a cada projeto um **tema predominante**, com o objetivo de evitar sobreposição artificial de categorias e permitir leitura comparável da agenda legislativa. A categorização não seguiu apenas a ementa formal, mas a substância normativa e o efeito principal pretendido pela proposição. Essa classificação temática envolve julgamento analítico, ainda que os projetos abordem mais de um tema e categoria, mas busca refletir o efeito predominante da norma.



Foram **deliberadamente excluídos** do universo analisado:

- requerimentos,
- mensagens,
- e demais atos de natureza procedimental ou administrativa,

por não constituírem projetos legislativos em sentido estrito e por não produzirem, isoladamente, efeitos normativos diretos. A exclusão desses instrumentos busca preservar a **coerência analítica** do estudo, concentrando-se apenas em matérias que efetivamente alteram o ordenamento jurídico, autorizam políticas públicas ou produzem impactos regulatórios, fiscais, sociais ou institucionais.



Concluída a etapa de classificação individual, os projetos foram submetidos a uma **análise agregada**, com:

- agrupamento por **tema predominante**;
- consolidação por **mês de aprovação**;
- identificação de **picos e retrações de produtividade legislativa**;
- identificação de **frequência por natureza jurídica** da matéria;
- e leitura comparativa entre períodos do ano.



A partir desses agrupamentos, foram construídas análises sobre:

- os **temas mais e menos recorrentes** no Plenário;
- os **meses mais e menos produtivos**;
- a **evolução temática** ao longo do ano;
- os **tipos mais frequentes** de projetos;
- e os **padrões políticos e institucionais** subjacentes à produção legislativa.

O método adotado combina, portanto, análise **quantitativa** (frequência e distribuição) com leitura **qualitativa** (conteúdo e orientação temática), permitindo uma compreensão mais precisa do comportamento decisório do Plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal em 2025.





03

Câmara dos Deputados



Visão geral

A produção legislativa do Plenário da Câmara dos Deputados em 2025 apresentou um padrão heterogêneo, tanto do ponto de vista temporal quanto temático. Ao longo do ano, o Plenário da Câmara aprovou um volume expressivo de matérias, com **308 projetos**, mas o fez de maneira desigual, com picos claros de produtividade e longos períodos de menor intensidade deliberativa. A seleção de temas também indica este fenômeno, já que encontramos meses com concentrações de temas específicos durante picos de produção legislativa aumentada, sugerindo esforços temáticos temporários.

Do ponto de vista temporal, os dados revelam que a atividade legislativa se concentrou em janelas específicas de votação, especialmente nos meses de fevereiro e outubro, que figuraram como os períodos mais produtivos do ano, seguidos por setembro e novembro. Esses picos indicam uma dinâmica de aceleração deliberativa associada à organização inicial da agenda anual e, posteriormente, à necessidade de “limpeza de pauta” antes do encerramento do ano legislativo. Em contraste, dezembro apresentou queda acentuada na produção, sugerindo padrão recorrente de esvaziamento decisório no fim do ano, enquanto meses intermediários mantiveram ritmo moderado e fragmentado.

Sob o aspecto jurídico-formal, **a produção legislativa foi amplamente dominada por Projetos de Lei (PLs) e Projetos de Decreto Legislativo (PDLs)**, que, juntos, responderam pela maior parte das aprovações em 2025, excluídos os requerimentos. A centralidade dos PLs revela uma preferência institucional por alterações infraconstitucionais incrementais, permitindo avanços normativos sem o custo político elevado de reformas estruturais e por votação de maioria simples, sem quórum qualificado. Já o elevado número de PDLs, majoritariamente relacionados à aprovação de atos e acordos internacionais, evidencia um Congresso acionado como instância de chancela institucional, mais do que como formulador de grandes mudanças para matérias de relações exteriores.

Em sentido oposto, **o número reduzido de Propostas de Emenda à Constituição (PECs)** aprovadas ao longo do ano reforça a leitura de um ambiente político **pouco propício a alterações constitucionais profundas**. A exigência de dois turnos de votação e maioria de 2/3 de votos serve como proteção constitucional. A baixa incidência de PECs aprovadas sugere essa cautela estratégica do Plenário diante de temas de alta sensibilidade, especialmente em um contexto já permeado pela antecipação do debate eleitoral de 2026. Da mesma forma, o volume moderado de Projetos de Lei Complementar (PLPs) indica novamente essa seletividade na abordagem de matérias que exigem quórum qualificado e maior coordenação política. Também houve **pouca deliberação sobre Medidas Provisórias**, apesar do alto volume de apresentação pelo Poder Executivo, o que sugere um alto número de MPs que perderam validade, outras foram transformadas em outros tipos de projetos (de Lei ou de Conversão, por exemplo) e alguns temas ainda represados, sem posicionamento do Congresso Nacional até a conclusão do ano.



No recorte temático, a análise agregada aponta **predominância clara de acordos e compromissos internacionais**, seguidos por projetos de **natureza social** e por **matérias penais**. Esse perfil temático sugere uma agenda legislativa menos orientada a reformas econômicas amplas e mais voltada à ratificação de compromissos externos, ao ajuste de políticas públicas setoriais e ao endurecimento ou organização do sistema penal. Temas estritamente econômicos e tributários, embora presentes, não assumiram protagonismo quantitativo, o que reforça a percepção de contenção política e fiscal ao longo do ano.

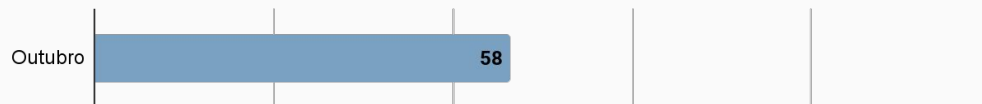
A combinação entre picos temporais de deliberação, predominância de instrumentos legislativos de menor densidade constitucional e concentração temática em áreas de menor atrito político permite caracterizar o **Plenário de 2025 como funcional, porém reativo**. O Congresso respondeu a **demandas pontuais do Executivo, a exigências institucionais e a compromissos internacionais**, mas **evitou assumir papel central na condução de reformas estruturais**. A produção legislativa, portanto, foi elevada em volume, porém moderada em ambição normativa, refletindo um ambiente político marcado pela cautela, pela fragmentação e pela lógica antecipada do ciclo eleitoral deste ano de 2026.

Meses mais e menos produtivos

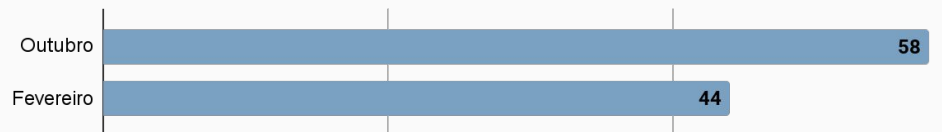
A análise da produção legislativa mensal do Plenário da Câmara dos Deputados em 2025 evidencia uma **dinâmica concentrada**, marcada por picos claros de deliberação e períodos prolongados de menor intensidade decisória. O comportamento do Plenário ao longo do ano não foi linear, mas organizado em **ciclos de aceleração e retração**, diretamente influenciados pelo calendário político, institucional e eleitoral.



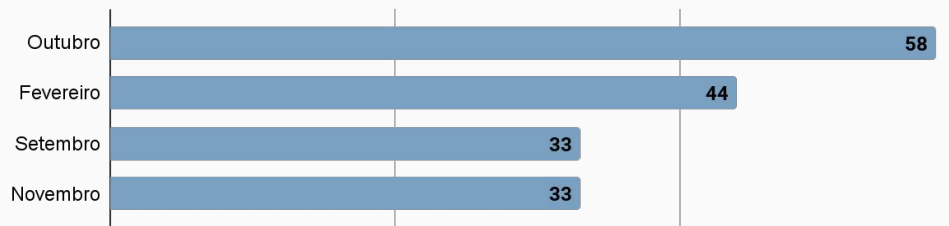
Outubro destacou-se como o mês mais produtivo de 2025, com **58 projetos aprovados**, funcionando como o principal ponto de inflexão do ano legislativo. O volume elevado indica um esforço concentrado de votação e limpeza de pauta, típico do período que antecede o encerramento formal das atividades legislativas. Em outubro, observa-se ampla diversidade temática e jurídica, com aprovação simultânea de projetos sociais, criminais, acordos internacionais e matérias regulatórias, reforçando o caráter intensivo e multifacetado do mês.



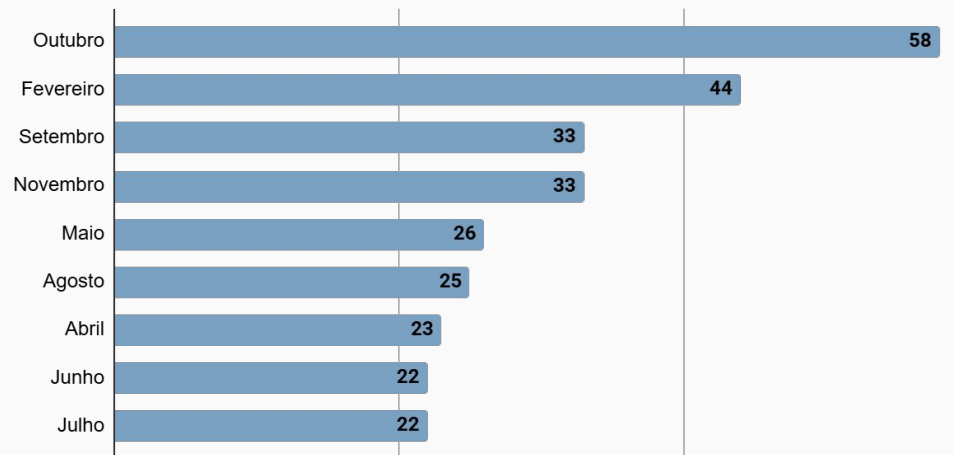
Fevereiro surge como o segundo mês mais produtivo, com **44 projetos aprovados**, refletindo o esforço inicial de organização da agenda após o recesso parlamentar. O alto volume de deliberações no início do ano sugere uma tentativa da Câmara de sinalizar produtividade e capacidade decisória, concentrando matérias de menor conflito político, especialmente acordos internacionais, projetos sociais e ajustes normativos pontuais. Vale lembrar que foi o primeiro mês da gestão do novo presidente, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB).



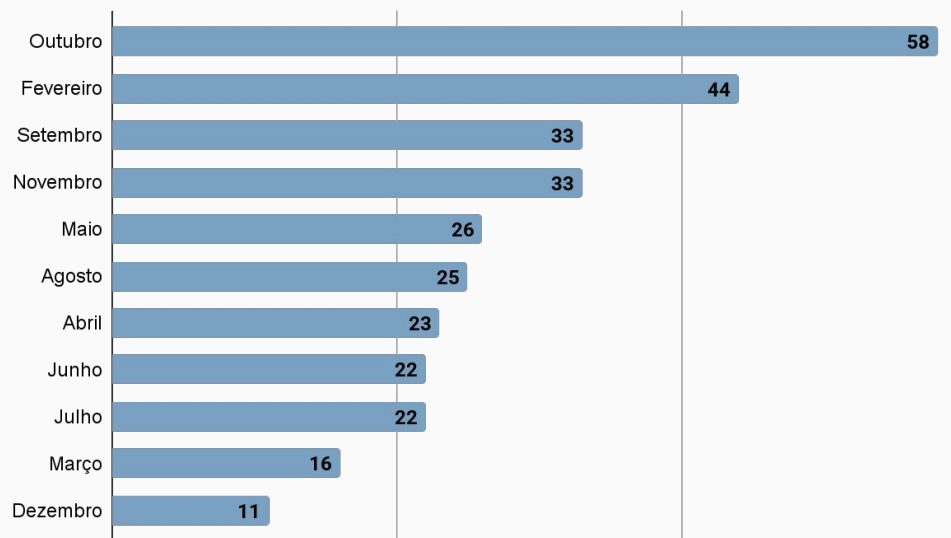
Setembro e novembro apresentaram desempenho idêntico, com **33 projetos aprovados em cada mês**, compondo um segundo patamar de produtividade elevada. Setembro funcionou como mês de retomada após o período de menor intensidade do meio do ano, enquanto novembro consolidou a reta final da produção legislativa antes do esvaziamento típico de dezembro. Ambos os meses refletem uma pauta já fortemente condicionada pela proximidade do encerramento do ano legislativo e pela antecipação do calendário eleitoral de 2026.



Em um nível intermediário de produção, aparecem **abril (23 projetos)**, **maio (26 projetos)**, **junho (22 projetos)**, **julho (22 projetos)** e **agosto (25 projetos)**. Esses meses caracterizam o chamado “miolo do ano legislativo”, com ritmo estável, porém sem grandes picos. A produção nesse período foi mais fragmentada, com menor diversidade temática e maior presença de matérias técnicas, institucionais e de menor visibilidade política.



Na outra ponta, **março**, com **16 projetos aprovados**, e **dezembro**, com apenas **11 projetos**, figuram como os meses menos produtivos do ano. Março reflete ainda um período de acomodação política e institucional, com o Carnaval interrompendo os trabalhos e com dificuldades de coordenação da agenda logo após o início do ano legislativo. Dezembro, por sua vez, confirma o padrão recorrente de esvaziamento deliberativo, com sessões reduzidas e foco residual em matérias pontuais antes do recesso, como a LOA.



No conjunto, os dados mensais indicam que o Plenário da Câmara operou em **ondas de produtividade**, intensificando votações em momentos estratégicos e reduzindo o ritmo nos períodos de maior desgaste político ou proximidade do recesso. Essa lógica reforça a leitura de um Congresso funcional, porém com um quê de **reativo, sendo orientado por janelas de oportunidade e por temas momentâneos**, mais do que por uma agenda contínua e estruturada ao longo do ano.

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
0	44	16	23	26	22	22	25	33	58	33	11

Temas mais discutidos

A classificação temática dos projetos aprovados pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 2025 revela uma **agenda legislativa fortemente concentrada em poucos eixos centrais**, com clara predominância de matérias de menor atrito político e elevada capacidade de consenso. A distribuição dos temas ao longo do ano indica um Parlamento mais orientado à **validação institucional e ao ajuste incremental do ordenamento jurídico**, do que à condução de reformas estruturais amplas.

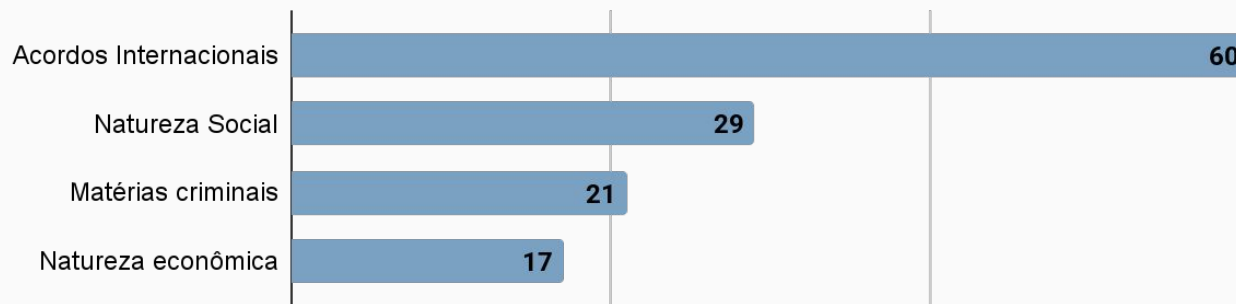
O **tema mais recorrente em 2025 foi o de acordos internacionais**, com **mais de 60 projetos aprovados**. O elevado volume de decretos legislativos dessa natureza evidencia o papel central do Legislativo como instância de chancela formal da política externa e de compromissos multilaterais assumidos pelo Executivo. Trata-se de uma agenda predominantemente técnica, com baixo grau de polarização e tramitação relativamente célere, o que contribuiu para sua concentração especialmente nos meses de maior produtividade legislativa.

Na sequência, destacam-se os **projetos de natureza social**, que somaram **29 aprovações ao longo do ano**. Essas matérias abarcam iniciativas voltadas à inclusão social, reconhecimento de direitos, políticas públicas setoriais e proteção de grupos específicos. O peso desse eixo reflete tanto a centralidade do discurso social no debate público quanto a preferência do Plenário por agendas com **alto apelo simbólico e baixo custo político imediato**, capazes de gerar entregas legislativas sem desencadear grandes conflitos fiscais ou institucionais.

As **matérias criminais** também ocuparam espaço relevante na pauta do Plenário, com **21 projetos aprovados**. Esse conjunto inclui proposições relacionadas ao endurecimento penal, à organização do sistema de justiça criminal e ao combate à criminalidade. A presença consistente desse tema ao longo do ano acompanha a recorrência da pauta de segurança pública no debate político nacional, funcionando como eixo transversal capaz de mobilizar diferentes espectros ideológicos, ainda que com abordagens distintas.

Os **projetos classificados como de natureza econômica, regulatória ou propriamente fiscal** também aparecem em número significativo, com **17 aprovações**, mas não assumiram protagonismo quantitativo na agenda legislativa. Esse dado é **particularmente relevante**, pois indica que, embora o debate econômico tenha sido central no discurso político de 2025, a Câmara adotou postura cautelosa na aprovação de matérias com maior impacto nestes eixos. A produção nessa categoria concentrou-se em ajustes pontuais, autorizações específicas e revisões normativas limitadas, evitando reformas de maior envergadura ou potencial de desgaste político. Foram exceções neste aspecto de maior relevância e debate, por exemplo, as aprovações da isenção ao Imposto de Renda, o corte aos benefícios fiscais e o Comitê Gestor do IBS.

No conjunto, o perfil temático da produção legislativa em 2025 revela uma Câmara dos Deputados mais voltada à **ratificação de compromissos internacionais**, à aprovação de **pautas sociais de consenso** e à tramitação de **matérias criminais de apelo público**, enquanto temas econômicos, regulatórios e fiscais foram tratados de forma mais contida e seletiva. Esse padrão reforça a leitura de um Parlamento funcional, porém prudente, que privilegiou estabilidade, previsibilidade e consensos mínimos em um contexto já marcado pela antecipação precoce do ciclo eleitoral de 2026.



Temas menos deliberados

A análise detalhada dos projetos aprovados pelo Plenário da Câmara dos Deputados ao longo de 2025 evidencia que determinados temas apareceram de forma **residual, pontual ou meramente episódica**, sem assumir protagonismo quantitativo ou centralidade política na agenda legislativa. Trata-se, em grande medida, de matérias que carregam , por vezes, **alto custo político**, mas, principalmente, um **baixo retorno eleitoral**. A corrida pré eleitoral tem se antecipado cada vez mais. A internet trouxe uma sensação de “campanha permanente” e 2025, portanto, já foi tratado pelos parlamentares como clima de pré campanha.



Entre os temas menos frequentes, chama atenção, em primeiro lugar, a **suspensão de ações penais**, que apareceu em **apenas dois projetos ao longo de todo o ano**. Diante do ambiente de elevada judicialização e do protagonismo crescente do Poder Judiciário, dois casos foram deliberados e aprovados pelos parlamentares. Trata-se de um tema sensível, de difícil sustentação pública, que tende a gerar alto desgaste político mesmo quando tecnicamente justificável.

Também tiveram presença marginal os projetos relacionados ao **direito dos animais**, que, embora possuam apelo simbólico e mobilizem nichos específicos da sociedade civil, não configuraram um eixo estruturante da produção legislativa do Plenário em 2025. Essas proposições surgiram de forma isolada, sem continuidade temática ou articulação mais ampla, funcionando mais como sinalizações políticas pontuais do que como política pública consistente.

As áreas de **saúde e educação**, tradicionalmente centrais no debate público, surpreendentemente não figuraram entre os temas mais recorrentes do Plenário. A frequência relativamente baixa de projetos nessas áreas indica que, em 2025, o Congresso optou por não promover grandes alterações legislativas nesses setores, concentrando-se mais na execução orçamentária e em políticas já existentes do que na criação de novos marcos legais. Quando presentes, a maioria dos projetos de saúde e educação tiveram escopo restrito, sem caráter estrutural.

O **incentivo à cultura** também teve presença limitada na produção legislativa de 2025. Apesar da relevância política do tema no discurso público, o Plenário deliberou apenas um projeto diretamente relacionado ao assunto, sobre a permanência e amplitude da lei Aldir Blanc.

Outro conjunto expressivo de matérias pouco frequentes diz respeito à **criação de dias nacionais, meses comemorativos, selos, medalhas, títulos honoríficos e outras iniciativas de caráter simbólico**. Embora esse tipo de proposição esteja historicamente presente no Legislativo, em 2025 sua incidência foi relativamente contida quando comparada a outros anos. Ainda assim, esses projetos cumprem papel de baixo risco político e baixo impacto normativo, frequentemente classificados como entregas simbólicas, sem relevância estrutural para a agenda do país.

No campo da **infraestrutura**, temas como **saneamento básico e energia elétrica** apareceram de maneira esparsa, sem assumir protagonismo na pauta do Plenário. A baixa frequência dessas matérias sugere que grandes debates regulatórios ou estruturais nessas áreas foram evitados, possivelmente em razão da complexidade técnica, dos impactos fiscais envolvidos e da sobreposição com marcos legais recentes. As proposições aprovadas nesse eixo tiveram caráter pontual, sem redefinir políticas públicas setoriais.

De forma semelhante, aparece uma matéria relacionada à **propriedade intelectual**.. Trata-se de um tema técnico, com alto grau de complexidade regulatória e forte incidência de interesses econômicos, o que contribui para sua baixa frequência em votações plenárias.

No eixo de **defesa nacional**, os projetos aprovados foram poucos e concentrados em matérias de natureza institucional ou de chancela formal, sem debate mais amplo sobre reestruturação estratégica, orçamento militar ou políticas de longo prazo. A baixa incidência reforça a percepção de que a defesa permaneceu como política de Estado relativamente estabilizada, fora do centro da disputa legislativa cotidiana.



As matérias **trabalhistas** também apareceram com baixa frequência, indicando clara opção do Parlamento por não reabrir debates sensíveis relacionados a direitos trabalhistas, relações de trabalho ou custos para o setor produtivo. Esse comportamento é coerente com a estratégia de evitar polarizações desnecessárias em um ambiente político já tensionado.

Temas ligados a **armas de fogo** surgiram de forma pontual, com apenas um projeto. Dada a alta carga ideológica e o potencial de polarização, a baixa incidência desse tema indica decisão consciente de não aprofundar o debate legislativo em 2025, mantendo o assunto mais restrito à esfera infralegal e ao Judiciário.

O **setor imobiliário** também teve presença limitada, com poucos projetos aprovados e ausência de iniciativas estruturais. Questões como uso do solo, financiamento habitacional ou regulação imobiliária não ocuparam posição central na agenda do Plenário ao longo do ano.

Por fim, merece destaque a **transferência de capital para Belém (PA), em razão da COP**, com um projeto aprovado sobre o assunto mas de caráter profundamente simbólico, sem se converter em eixo relevante da produção legislativa.

Em síntese, o conjunto dos temas menos discutidos em 2025 revela um Parlamento que **deliberadamente evitou pautas de alto risco político, elevada complexidade técnica ou baixo retorno eleitoral**.

Distribuição temática em 2025

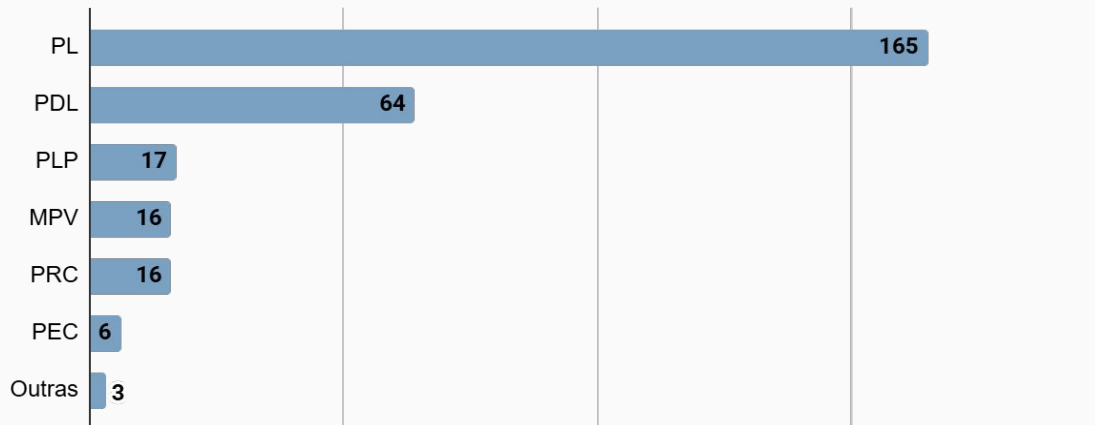
A distribuição temática da produção legislativa ao longo de 2025 revela uma **evolução clara da agenda do Plenário**. No **primeiro semestre**, predominam projetos relacionados a **acordos internacionais**, matérias de **natureza social** e a aprovação de **créditos extraordinários**, compondo uma pauta essencialmente técnica, com menor grau de conflito e maior capacidade de consenso. Esse perfil é compatível com o período de reorganização da agenda após o recesso e com a necessidade de sinalizar funcionamento regular das instituições.

À medida que o ano avança, especialmente no **segundo semestre**, observa-se crescimento relativo da presença de **temas criminais, regulatórios e institucionais**, acompanhando a intensificação do debate público e a maior exposição de pautas sensíveis na arena política, especialmente na questão do combate à criminalidade e facções. Esse deslocamento temático reflete tanto a pressão da opinião pública quanto o reposicionamento estratégico dos parlamentares diante da proximidade do ciclo eleitoral de 2026.

Nesse contexto, **outubro** se consolida como o principal ponto de convergência temática do ano, concentrando praticamente **todos os tipos de matérias aprovadas em 2025**. O mês funcionou como verdadeira fase de “limpeza de pauta”, na qual projetos acumulados ao longo do ano foram finalmente deliberados, independentemente do tema ou da complexidade, em um esforço concentrado de encerramento da agenda legislativa.

Produção por categoria instrumental

A análise por categoria permite identificar **quais instrumentos legislativos foram mais utilizados pelo Plenário da Câmara dos Deputados ao longo de 2025**, revelando o grau de complexidade normativa, o nível de consenso político e o apetite institucional por reformas estruturais.



Projetos de Lei (PL)

- **165 projetos aprovados**
- Representam, de forma ampla, **o núcleo da produção legislativa do ano**.
- Indicativo de uma agenda baseada em **alterações pontuais da legislação infraconstitucional**, com foco em ajustes incrementais.
- Confirma um Plenário mais orientado a **mudanças graduais**, evitando enfrentamentos constitucionais de maior custo político.

Projetos de Decreto Legislativo (PDL)

- **64 projetos aprovados**
- Segunda categoria mais frequente em 2025.
- Majoritariamente associados à **aprovação de atos internacionais**, tratados, acordos e decisões do Executivo que exigem chancela do Congresso.
- O volume elevado de PDLs reforça o perfil **institucional e internacionalizado** da pauta da Câmara no ano.

Projetos de Lei Complementar (PLP)

- **17 projetos aprovados**
- Demonstram atuação seletiva em matérias de **maior densidade normativa**, como temas fiscais, federativos e orçamentários.
- A quantidade moderada indica **cautela política**, dado o quórum qualificado exigido.

Medidas Provisórias (MPV)

- **16 MPs aprovadas**
- Número relativamente controlado, sugerindo **contenção na aprovação de instrumentos de urgência** do Executivo.
- Indica resistência às pautas do Poder Executivo, numa relação complexa e de oposição significativa ao governo.

Projetos de Resolução da Câmara (PRC)

- **16 projetos aprovados**
- Voltados majoritariamente a **questões internas do funcionamento da Casa**, organização administrativa e regimental.

Propostas de Emenda à Constituição (PEC)

- **Apenas 6 PECs aprovadas**
- Evidenciam **baixo apetite do Plenário por alterações constitucionais profundas**.
- Confirma um ambiente político pouco favorável a reformas estruturais de alto risco e elevado desgaste.

Outras categorias

- **SAP (2 projetos) e PDC (1 projeto)** aparecem de forma residual, sem impacto relevante na leitura geral da produção legislativa.

Considerações da Câmara em 2025

A produção legislativa do Plenário da Câmara dos Deputados em 2025 permite caracterizar um Parlamento **produtivo em volume**, mas claramente **seletivo em ambição política**. A maior parte das aprovações concentrou-se em matérias de **menor atrito**, capazes de gerar resultados legislativos sem provocar rupturas institucionais ou custos eleitorais elevados.

O comportamento do Plenário foi marcadamente **pouco reformista**, evitando mudanças estruturais profundas, especialmente nas áreas fiscal, tributária e administrativa. Em contrapartida, houve forte orientação para **acordos internacionais**, pautas sociais consensuais e ajustes normativos incrementais, compondo uma agenda de estabilidade e previsibilidade.

Além disso, a atividade legislativa mostrou-se **altamente sensível ao calendário político**, com aceleração deliberativa em momentos estratégicos e retração evidente no fim do ano. Esse padrão indica que o Congresso já operou, ao longo de 2025, sob a lógica antecipada das eleições de 2026, priorizando decisões de menor risco e preservando capital político para o ciclo eleitoral seguinte.

Em síntese, o Plenário de 2025 foi funcional, ativo e organizado, mas também **cauteloso**, revelando um Legislativo que optou por administrar conflitos e preservar consensos em vez de liderar reformas estruturais de alto impacto.



04

**Senado
Federal**

Visão geral

Com base no critério adotado neste estudo, que considera exclusivamente proposições legislativas com efeito normativo direto, excluídos requerimentos, o Plenário do Senado Federal aprovou **261 proposições** legislativas em 2025. Trata-se de um volume expressivo, ainda que significativamente inferior aos números agregados divulgados oficialmente quando se incluem atos de natureza procedimental.

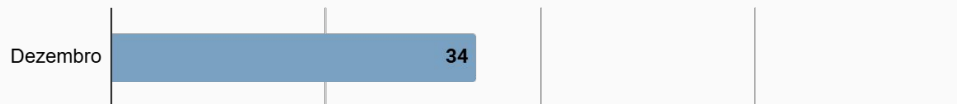
O dado revela um Senado ativo, funcional e com elevada capacidade deliberativa, mas também mais seletivo do que sugerem os números brutos institucionais divulgados pelo Senado, que incluem, por exemplo, os requerimentos. A produção concentrou-se majoritariamente em proposições de natureza infraconstitucional, com protagonismo claro dos Projetos de Lei (PLs) e dos Projetos de Decreto Legislativo (PDLs), e presença mais restrita de instrumentos de maior densidade constitucional.

Meses mais e menos produtivos

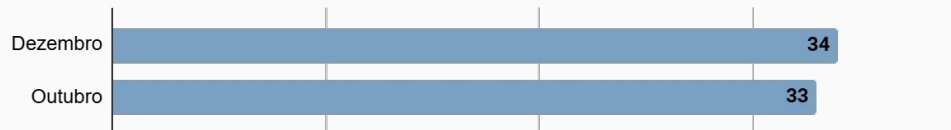
A análise da produção legislativa mensal do Plenário do Senado Federal em 2025 revela um padrão de funcionamento **mais regular e menos errático** do que aquele observado na Câmara dos Deputados, ainda que também marcado por momentos de **aceleração e retração**. Ao longo do ano, o Senado demonstrou capacidade deliberativa contínua, com manutenção de ritmo relevante inclusive no encerramento do calendário legislativo.



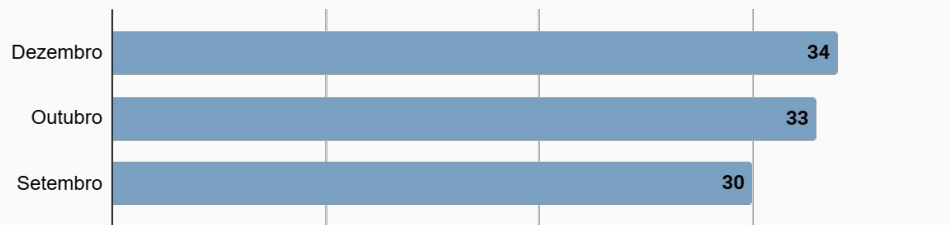
Dezembro destacou-se como o mais produtivo de 2025, com **34 proposições** legislativas aprovadas. Diferentemente do padrão observado na Câmara, onde o fim do ano costuma ser marcado por esvaziamento decisório, o Senado manteve elevado nível de atividade até o último mês, inclusive deliberando matérias de maior densidade normativa. Esse comportamento reforça o papel do Senado como Casa revisora em boa parte das matérias e instância final de consolidação de decisões, especialmente em pautas que exigem fechamento institucional antes da virada do ano.



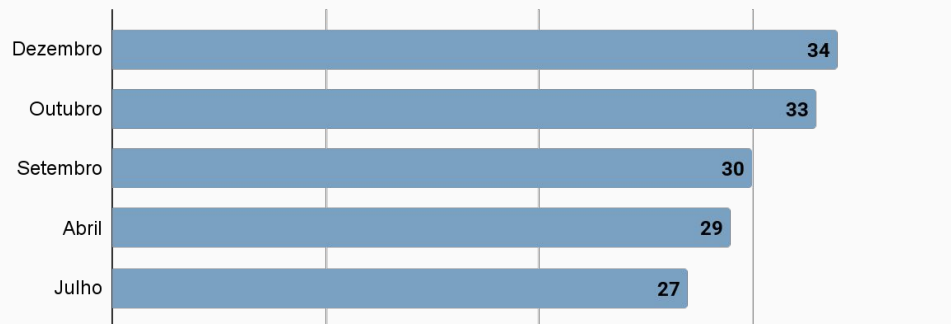
Logo em seguida, **outubro** aparece como um dos meses centrais da produção legislativa, com **33 proposições aprovadas**. O mês funcionou como verdadeiro eixo de aceleração deliberativa do segundo semestre, concentrando projetos de diferentes naturezas jurídicas (PLs, PDLs, PLPs, MPVs e PRSs) e refletindo esforço coordenado para destravar a agenda legislativa antes da reta final do ano.



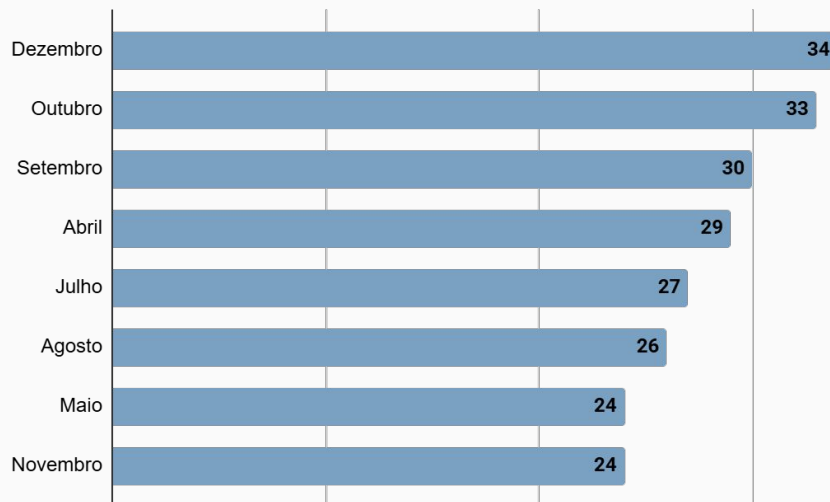
Setembro, com **30 aprovações**, completa o trio de meses mais produtivos do Senado em 2025. O desempenho elevado nesse período indica retomada forte das atividades após o recesso de julho e marca o início de uma sequência contínua de deliberações que se estendeu até dezembro. A combinação setembro/outubro/dezembro revela que o Senado concentrou parcela significativa de sua produção no segundo semestre, sem dependência exclusiva de um único “mês de limpeza de pauta”, como observamos na Câmara dos Deputados.



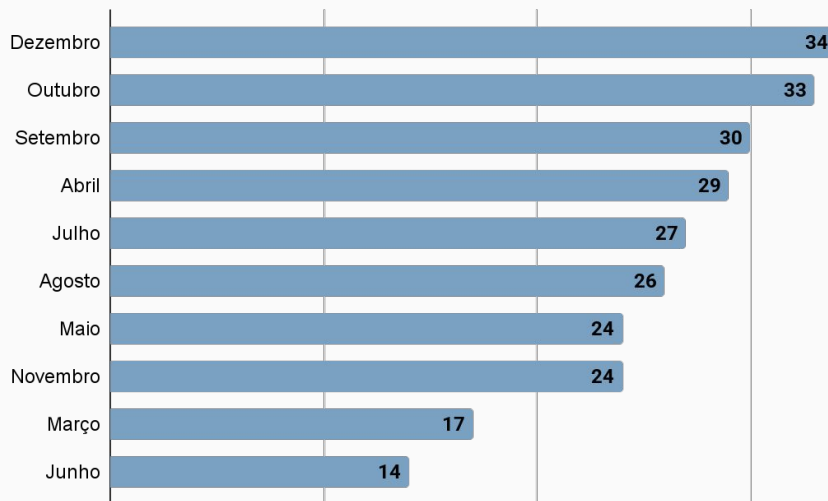
Ainda no grupo de alta produtividade, destacam-se **abril (29 proposições)** e **julho (27 proposições)**. Abril representa um ponto de aceleração ainda no primeiro semestre, sugerindo que o Senado iniciou o ano com maior intensidade deliberativa do que a Câmara. Julho, por sua vez, chama atenção por manter volume expressivo de aprovações mesmo às vésperas do recesso parlamentar, reforçando a leitura de maior regularidade institucional.



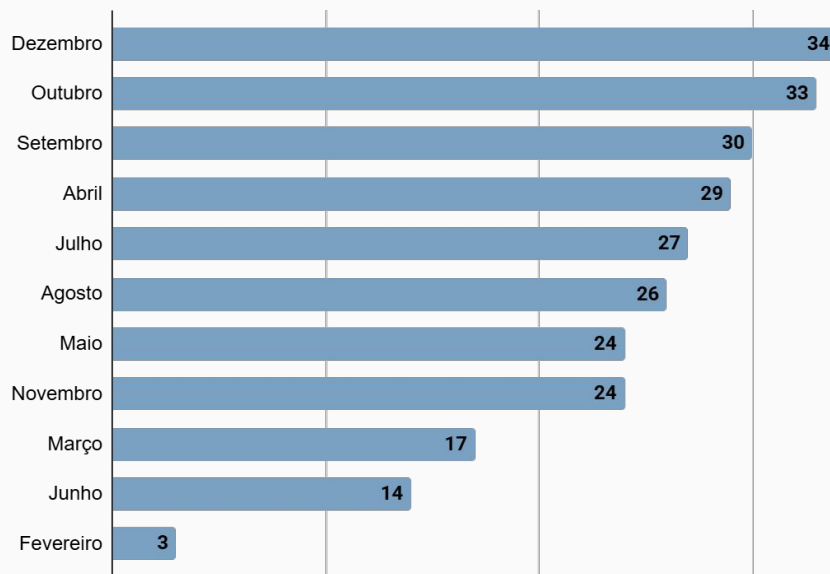
Os meses de **maio (24 proposições)**, **agosto (26 proposições)** e **novembro (24 proposições)** compõem um patamar intermediário de produção. Esses períodos apresentaram ritmo consistente, sem picos abruptos, funcionando como meses de manutenção da agenda legislativa. Em agosto, em especial, observa-se retomada firme após o recesso, ainda que sem o mesmo volume concentrado observado em setembro e outubro.



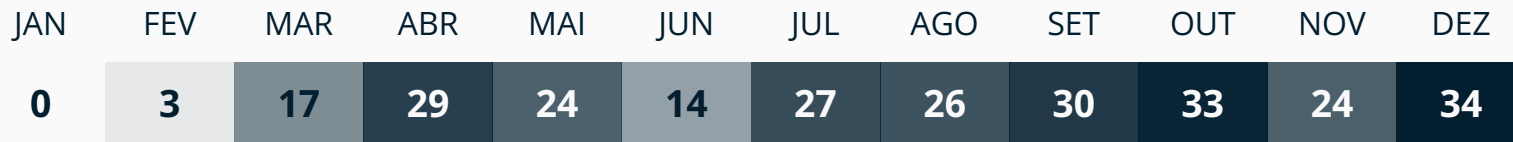
Março, com **17 aprovações**, e **junho**, com **14 proposições**, figuram entre os meses de menor intensidade. Março ainda carrega efeitos do início do ano legislativo, do Carnaval e de agendas políticas externas ao Plenário, enquanto junho apresenta retração típica associada à proximidade do recesso parlamentar e à fragmentação da pauta.



Na outra extremidade da série histórica, **fevereiro** foi o mês menos produtivo do ano, com apenas **3 proposições aprovadas**. O número reduzido reflete o início tardio das atividades deliberativas, a reorganização interna da Casa e a prioridade dada à instalação de comissões e à definição da agenda política para o ano.



No conjunto, os dados indicam que o Senado Federal operou ao longo de 2025 com **menor volatilidade mensal** do que a Câmara dos Deputados. Não há um único mês absolutamente dominante, mas sim uma sequência prolongada de meses produtivos em tom contínuo, especialmente no segundo semestre. A manutenção de alto volume de deliberações em dezembro é particularmente relevante, pois indica maior capacidade de coordenação institucional e menor dependência de “janelas de oportunidade” pontuais.



Temas mais discutidos

A classificação por macrotema das matérias aprovadas no Plenário do Senado em 2025 evidencia uma agenda plural, com destaque para áreas diretamente associadas ao desenvolvimento econômico e à coesão social.

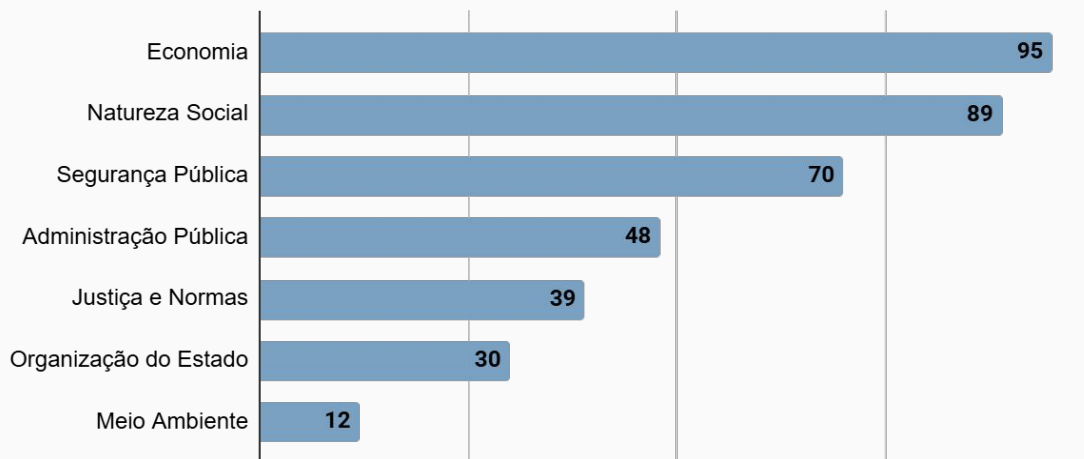
O tema **econômico** liderou o ranking, com **95 matérias aprovadas**, incluindo projetos de alto impacto fiscal e distributivo. Destacam-se a aprovação da isenção do Imposto de Renda para rendas de até R\$ 5 mil, combinada com aumento da tributação sobre altas rendas (PL 1.087/2025, convertido na Lei nº 15.270/2025), e o projeto que reduz benefícios fiscais federais em 10% e amplia a tributação de setores como bets e fintechs (PLP 128/2025).

As políticas de **natureza social** aparecem em segundo lugar, com **89 matérias aprovadas**, incluindo iniciativas de forte apelo social e regulatório, como o PL da Adulterização (Lei nº 15.211/2025) e projetos voltados aos direitos de pessoas com doenças crônicas, como o diabetes tipo 1.

Na sequência, destacam-se **segurança pública (70)**, com destaque para a pauta de projetos voltados ao combate à criminalidade, em seguida sobre **administração pública (48)**, **justiça e normas (39)** e **organização do Estado (30)**, compondo um bloco relevante de matérias institucionais.

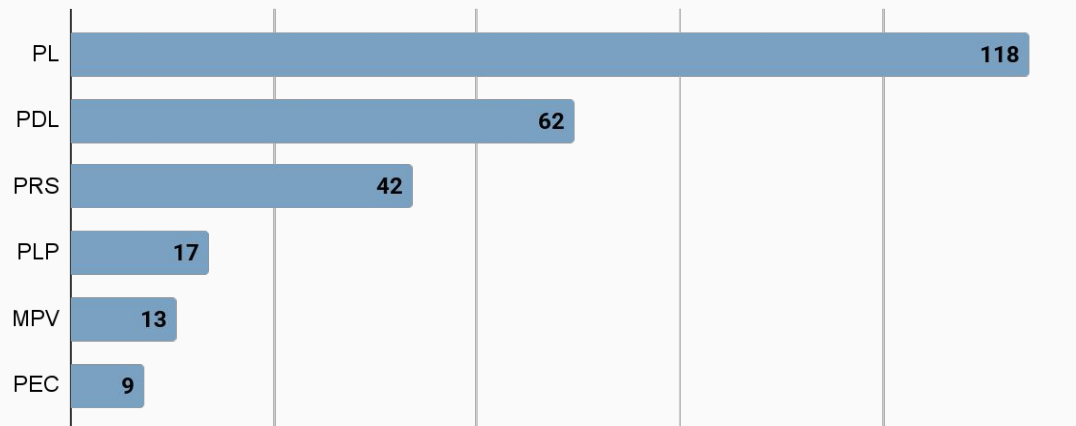
O **meio ambiente** teve presença quantitativamente mais limitada no Plenário do Senado em 2025, com **12 proposições aprovadas**, mas incluiu matérias de alto impacto estrutural. O principal destaque foi a aprovação da Lei Geral do Licenciamento Ambiental (PL 2.159/2021), convertida na Lei nº 15.190/2025, que uniformiza procedimentos e simplifica licenças para empreendimentos de menor impacto.

Também merece destaque a aprovação da MP 1.308/2025, que cria a Licença Ambiental Especial (LAE) para empreendimentos estratégicos, reforçando a centralidade do tema ambiental na agenda de desenvolvimento e infraestrutura, ainda que em volume reduzido.



Produção por categoria instrumental

A análise por categoria permite identificar **quais instrumentos legislativos foram mais utilizados pelo Plenário do Senado Federal ao longo de 2025:**



Projetos de Lei (PL)

- **118 projetos aprovados**
- Constituem o núcleo da produção legislativa do Senado.
- Indicam **preferência por alterações infraconstitucionais, ajustes legais e regulamentações setoriais.**
- Confirmam o Senado como instância de consolidação normativa, especialmente em temas **econômicos e sociais.**

Projetos de Decreto Legislativo (PDL)

- **62 projetos aprovados**
- Segunda categoria mais frequente.
- Majoritariamente **associados à aprovação de atos internacionais, acordos e decisões do Executivo.**
- Reforçam o papel do Senado como Casa de **chancela institucional da política externa.**
-

Projetos de Lei Complementar (PLP)

- **17 projetos aprovados**
- Volume compatível com a exigência de quórum qualificado.
- Concentrados em temas fiscais, orçamentários e federativos.

Medidas Provisórias (MPV)

- **13 MPs aprovadas**
- Número relativamente contido, indicando seleção política na **apreciação de iniciativas do Executivo**.
- Sugere que parte relevante das MPs não foi convertida ou permaneceu represada.

Propostas de Emenda à Constituição (PEC)

- **9 PECs aprovadas**
- Número expressivo quando comparado à Câmara.
- Demonstra **maior disposição do Senado em enfrentar matérias constitucionais**, ainda que de forma controlada.

Projetos de Resolução do Senado (PRS)

- **42 projetos aprovados**
- Aparecem com frequência relevante ao longo do ano.
- Refletem **ajustes internos** e decisões institucionais próprias da Casa.

Considerações do Senado em 2025

A produção legislativa do Senado Federal em 2025 revela uma **Casa ativa**, menos sujeita a esvaziamento no fim do ano e relativamente **mais disposta a enfrentar matérias estruturais** do que a Câmara dos Deputados. O Senado manteve **ritmo deliberativo contínuo**, inclusive em dezembro, e apresentou maior incidência proporcional de PECs e PLPs.

Ao mesmo tempo, a predominância de PLs e PDLs indica que o Senado também **operou sob lógica de cautela política**, priorizando consensos possíveis, chancela institucional e consolidação de agendas já amadurecidas.

Em síntese, o Senado em 2025 atuou como **Casa revisora ativa e moderadora**, com elevada capacidade decisória, maior estabilidade temporal e papel central na consolidação final da agenda legislativa nacional, em contraste com uma Câmara mais volátil e concentrada em picos específicos de produção.

A produção legislativa observada em 2025 também pode ser lida à luz de uma transformação estrutural no papel do Congresso Nacional como formulador e, sobretudo, como chancelador central da agenda normativa do país.



Ainda que este estudo se concentre exclusivamente nas matérias aprovadas em Plenário, e não nas normas efetivamente promulgadas, os dados revelam um Parlamento que passou a deliberar majoritariamente sobre **projetos de sua própria iniciativa**, reduzindo progressivamente a dependência da pauta originada no Poder Executivo, se comparado, por exemplo, a governos anteriores, que aprovaram mais temas próprios nas Casas Legislativas.

Em 2025, a Câmara dos Deputados aprovou proposições em um ambiente no qual a maior parte das matérias analisadas não teve origem direta na Presidência da República, mas sim no próprio Legislativo ou em iniciativas compartilhadas. Esse padrão dialoga com a tendência de longo prazo de perda de centralidade do Executivo na condução da agenda legislativa, fenômeno que se intensificou a partir da consolidação das emendas impositivas e da ampliação da autonomia orçamentária do Congresso.

Na prática, o que se observa é um deslocamento do poder de agenda. O Congresso não apenas vota mais, mas **seleciona com maior autonomia** o que votar, quando votar e em que termos votar, assumindo papel cada vez mais ativo como filtro institucional da produção normativa.

Ainda assim, esse maior domínio da agenda **não se converteu em impulso reformista estrutural**, como o Brasil precisa em uma série de temas, pauta histórica do **Ranking dos Políticos**. Como demonstram os dados deste estudo, o protagonismo legislativo se expressou principalmente por meio de projetos infraconstitucionais, autorizações, acordos internacionais e ajustes regulatórios pontuais, sinalizando um Parlamento forte na condução do processo, mas cauteloso quanto à profundidade das mudanças aprovadas.



“O Congresso está muito independente, de tal forma que não precisa formar coalizões com o Executivo ou com o próprio eleitor.”

Sérgio Abranches



Ranking
dos políticos

Ajude a garantir a sustentabilidade do maior projeto
de melhoria do Congresso Nacional brasileiro.



FAÇA UMA DOAÇÃO!

Associação Voto Real / CNPJ 15.747.906/0001-41
BTG Pactual - Agência 0050 c/c 00489493-6
apoia.se/rankingdospoliticos

Mantenedores:

DMOC



JUDIT



www.politicos.org.br

